

---

---

# Política



1 9 3 0

---

---

ANO II

N.º 14

REDACTORES { *F. P. Dutra Faria* (F. L. U. L.) } por  
                  { *Domingos Mascarenhas e Silva* (F. D. U. L.) } Lisboa  
                  { *J. M. Miranda da Rocha* (F. D. U. C.) } por Coimbra

ADMINISTRADORES { *Valentino de Sá* (F. M. U. L.)  
                          { *Francisco Galvão* (F. D. U. L.)

EDITOR — *Antonio de Souza Rego*

PROPRIEDADE — SOCIEDADE NACIONAL EDITORA, LTD.<sup>a</sup> (Em organização)

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO

Rua do Sol a Santa Catarina, 40-A, 1.<sup>o</sup>

COMPOSIÇÃO E IMPRESSÃO

Tipografia Lusitania — Rua do Sol a Santa Catarina, 40 — LISBOA

---

## SUMARIO

Integralismo Lusitano . . . . .	<i>António M. do AMARAL PIRRAIT</i>
Ordem Social . . . . .	<i>Franz-Paul LANCHANS</i>
Keyserling e o Ocidente . . . . .	<i>Francisco MEDEIROS GALVÃO</i>
Ordem Nova . . . . .	<i>Domingos de MASCARENHAS E SILVA</i>
Das Opiniões às Convicções. . . . .	<i>SILVA</i>
á margem dum livro . . . . .	<i>Leão Ramos d'ASCENÇÃO</i>

---

## ASSINATURAS

(Cada serie de 10 numeros)

Continente e ilhas . . . . .	10\$00
Provincias Ultramarinas . . . . .	15\$00
Estrangeiro. . . . .	20\$00

Numero avulso 1\$50

---

**Arthur de Campos Figueira**

Advogado

Rua Nova do Almada, 54, 2.<sup>o</sup>

TELEFONE CENTRAL 3024

Lisboa

**José Guilherme Ayala Montelero**

Advogado

Rua dos Douradores, 72, 3.<sup>o</sup> D.

TELEFONE C. 959

**Ferreira Cardoso**

Advogado

RUA GARRET, 95, 3.<sup>o</sup> = TELEFONE T. 11

— = LISBOA —

---

Este numero foi visado pela Comissão de Censura

# Política

REVISTA QUINZENAL

ORGÃO DAS JUNTAS ESCOLARES DE LISBOA, COIMBRA E PORTO  
DO INTEGRALISMO LUSITANO

Redactor principal — *Antonio do Amaral Pyrrait* (F. D. U. L.)

---

Lisboa, 31 de Agosto de 1930

---

## INTEGRALISMO LUSITANO

Tendo considerado atentamente o manifesto do Governo da Ditadura e as declarações complementares do senhor Ministro das Finanças de 30 de Junho ultimo, o Integralismo Lusitano congratula-se com o facto de vêr reconhecidos e proclamados pelo Poder Publico alguns dos principios em que deve assentar a verdadeira reconstrução nacional.

Tomando as palavras do Governo como um apelo de salvação publica, declara-se decidido, por intermedio dos filiados nas suas organizações que assim o desejem, a cooperar oportunamente com a Ditadura Militar em tudo quanto sirva o bem comum e procure realizar a igualdade dos Portugueses perante a lei, condição essencial para effectivar o proposito de União Nacional.

Continuando a manter afastada, por superiores razões de interesse colectivo e por obediência ás ordens do Rei, a maxima reivindicação politica dos seus principios, fica na esperança de que os meios de execução, por parte do Governo e seus agentes, correspondam inteiramente ao pensamento salvador de substituir ás ruínas do Estado democratico-parlamentar os fundamentos legitimos do Estado-Novo.

Lisboa, 27 de Agosto de 1930.

A Junta Central

# ORDEM SOCIAL

**A**NDAM muito enganados e fazem-nos grande injúria todos êsses que nos supõem a nós integralistas uns monarquicos como outros quaisquer, amigos do passado por sentimentalismos, ingénuamente convictos que a vinda do Rei, só por si, salvaria a nação.

Com efeito se a monarquia é em si a face da sciência política o melhor sistema de governo e por isso mesmo constitue o escôpo último das nossas aspirações, não menos certo é que a existência do Rei, seria insufficiente à felicidade da nação uma vez que fôsse desacompanhada daquelas instituições, da observância daqueles princípios que constituem a nossa moral social cristã e tradicionalista.

A nossa doutrina social, ditada pela Igreja na applicação à sociedade dos mandamentos de Deus, cimentada na experiência feliz dos séculos cristãos, é a expressão, única verdadeira, da justiça social e representa o maior de todos os objectivos a que nos propomos nesta luta.

Lei natural e orgânica da sociedade, inspirada por Deus e compilada por Santos (1), essa doutrina admirável de paz e de caridade é antitese completa dos princípios que orientam a tão desgraçada sociedade moderna, sendo portanto para nós um dever de consciência divulgá-la, defendê-la, aconselhá-la por tôda a parte já que só ela pode realizar a felicidade dos homens.

A família e a corporação — eis as bases dêsse sistema maravilhoso de viver que a natureza e a religião inspiraram aos homens.

A família, fonte e célula da vida, a corporação, fonte e célula do trabalho, formavam uma escola única de bem viver, de virtude e de brio, porque numa como noutra os homens faziam a vontade de Deus e eram por Ele abençoados: «Cresciam e multiplicavam-se, ganhavam o pão com o suor do seu rosto».

Um conceito cristão do trabalho, a sua organização, o justo prêço, a propriedade função social, a caridade na lei e no costume tais eram os fundamentos da vida e economia dos homens, nesses tempos felizes em que segundo a palavra dum Papa «o Evangelho regia as nações» (2).

Vão longe êsses tempos! Desgraçadamente a paz de Deus não reina na sociedade actual, e os homens debalde procuram o bem estar e a felicidade que ela só pode dar. Ingénuos foram ludibriados por profetas maus e por êles acreditaram mentiras, renegaram a lei de Deus para serem livres, desprezaram a família para serem iguais, destruíram a corporação para serem amigos. E bem triste foi a sua sorte!

Esquecida a Lei de Deus que protegia o fraco, ficou êste como escravo, à mercê do forte; renegada a Fé, deixaram os homens de ser irmãos porque não mais se julgaram filhos de Deus; extinta a corporação surgia com a livre concorrência a luta entre os homens, tornados inimigos.

(1) Foram Santos consignados pela Igreja os legisladores do trabalho na Europa Cristã: São Luiz, Rei de França Santo Eduardo, o Confessor, Rei de Inglaterra; Henrique II, Imperador da Alemanha.

(2) O Santo Papa Leão XIII, na Enciclica «Rerum Novarum».

Que profunda contradição!

Ao conceito cristão do trabalho, substituiu-se o conceito pagão e isso foi o mesmo que substituir-se a um contrato de sociedade, um contrato de locação ou de venda. O homem de irmão, de companheiro que era no trabalho tornou-se um objecto de compra, uma cifra na folha da despesa, mercadoria sujeita as especulações da concorrência. Não tem direitos, não tem garantias.

Todos sabem a liberdade e o prestígio que lhe dão o direito de voto e o nome de cidadão!?

Que distantes que estamos dos tempos em que «a posse do estado» assegurava ao operário não só a propriedade da sua profissão, mas também a propriedade da oficina e das ferramentas do seu trabalho!

Como pareceriam revolucionárias na hora presente tamanhas reivindicações!

Como foram realidade, como eram naturais e legítimas neses tempos em que os homens obedeciam a Deus.

A' propriedade social, dever no direito cristão, substituiu-se a propriedade individualista, direitos sem obrigações para os juristas romanos.

Com a confiscação dos bens de mão morta deixaram de existir a propriedade corporativa património dos pobres e a propriedade fundiária base da vida e riqueza dos campos. Destruída a vinculação separou-se a família da terra e ficou como poeira móvel, planta sem raízes ao sabor do vento. Ao fôro nos campos substituiu-se a renda e esta exorbitante, aumenta o custo da vida, afasta os rendeiros ou leva-os à exploração má para a terra e ruínosa para a nação. O juro má invenção dos judeus nunca admitido na sociedade cristã (1) dá ao capitalista a propriedade do que lhe não pertence.

No empréstimo, dizem os moralistas cristãos só existe remuneração legítima quando o objecto se deteriora com o uso que lhe foi dado, e no empréstimo de dinheiro não há deterioração nem diminuição, porque findo o prazo, o capitalista recebe além do juro, a totalidade do seu dinheiro. O dinheiro por si não produz, nem nunca poderá produzir. O capital é apenas trabalho acumulado e é como tal que entra na produção. Trabalho multiplicador do trabalho, o capital não tem direito aos rendimentos fabulosos que hoje lhe pertencem e que são a origem das duas classes antagonicas que a injustiça vai diferenciando dia a dia: uma a do trabalho que abrange a imensa maioria dos homens cada vez mais pobre; outra a do capital reduzida de número, ociosa, cada vez mais rica e opulenta.

A extrema mobilidade da riqueza, o juro, o desprezo da terra e dos homens deram origem à «alta finança internacional» suprema criação d'este século de usura, organismo todo poderoso a quem obedecem os

---

(1) A escusa sempre punida com castigos graves nas nações cristãs só existiu legalmente após as pregações de Calvino que a admitia dizendo-a legítima. O Código de Napoleão estendeu por toda a parte o seu uso.

## POLITICA

Estados e nas mãos da qual são brinquedo a vida e o destino dos milhões de trabalhadores do mundo.

O anonimato das emprêsas assegura a impunidade dos crimes do capital. Que garantias oferecem ao operário, as garantias que o capitalismo consente?

Hospital, pensão de reforma, pensão de inabilidade tudo isso desaparece sem rasto no momento em que a quebra da emprêsa tantas vezes na vontade do capitalista, determine o encerramento das fábricas, a suspensão do salário, a despedida em massa, a miséria das famílias operárias entregues à fome e ao crime.

No seio dessas legiões de desgraçados a quem roubaram tudo, inclusivé a Fé em Deus, o sentimento da pátria e da família, respira-se a atmosfera pesada da revolta justa mas desorientada, mil vezes fatal em conseqüências, pois precipitará o mundo nos excessos terríveis do socialismo.

Da ordem cristã à anarquia individualista, da anarquia individualista à destruição social, eis o destino funesto que assiste à humanidade. Arripiemos caminho, enquanto é tempo. Três economias diferentes existem e é preciso que os homens as conheçam para que possam conscientemente escolher a que lhes sirva:

A economia cristã na qual segundo a Lei de Deus o homem é para os outros um irmão.

A economia individualista capitalista ou israelita em cujo critério sem escrúpulos o homem é uma coisa, um utensilio de trabalho.

A economia socialista que vê no homem uma besta de carga ao serviço do Estado que lhe estabelece trabalho e razão.

Destas três economias os homens que verdadeiramente o sejam e tenham consciência da sua dignidade não podem escolher outra senão a primeira, a única que satisfaz as exigências da moral e não contraria os princípios superiores da consciência.

Foi essa a que escolheu o Integralismo, consciente da sua perfeição admirável e da felicidade gozada pelas gerações que no passado a conheceram e praticaram. Urge opôr essa regra de vida, às doutrinas dissolventes de hoje, que preparam a ruína social.

E' necessário de novo, levar os homens até Deus. Sem Deus não é possível a salvação eterna, como também sem Deus não é possível a salvação do mundo (1). Tendo por fim a felicidade do Ceu, a Igreja realiza também a felicidade da Terra.

Salvar a sociedade do abismo em que ela se precipita, fazer os homens verdadeiramente bons, amigos e felizes eis a missão, a causa santa a que nos propomos. E' tarefa grande, essa que importa a restauração da vida e dos costumes cristãos numa sociedade pagã.

Há a extinguir a usura e a concorrência ilimitada, regular e disciplinar o trabalho, estabelecer a justiça nos salários e nos prêços, dar

(1) E' conhecida a frase de Napoleão: «See. Dieu n'existait pas, il faudrait l'inventer».

aos trabalhadores as garantias de que carecem, a propriedade do que lhes pertence, transformar em amizade a inimizade dos homens, assegurar a Fé, a virtude e os bons costumes,

Impossível, nos dirão muitos!

Como abolir a usura? Como suprimir a concorrência? Como disciplinar o trabalho? Como tornar justo o salário exigido e garantir devidamente o trabalhador? Como, por último, num mundo revolucionário restaurar a Fé em Deus, fazer praticar e respeitar a virtude e os costumes cristãos?

Empreza colossal, inacreditável para muitos mas graças a Deus possível de realizar. Como conseguiu-lo?!

Antes de tudo seria necessário suprimir por meio de justa amortização a dívida do Estado, verdadeiro consumo improdutivo cujo sentido usurário se não conforma com a moral cristã e prejudica a Economia Nacional.

Essa supressão da dívida do Estado, fácil de conseguir em poucos anos por uma inteligente e conscienciosa administração dos dinheiros públicos (1) faria refluir sobre a indústria toda uma soma enorme de capitais, o que teria como inevitável consequência a diminuição da taxa de juro. Para destruir por completo a usura então nada mais seria preciso do que permitir por lei e favorecer com privilégios a reconstituição livre das antigas associações profissionais.

Pouco a pouco estas tomariam a peito a defeza dos seus interesses, exigindo o justo preço no salário dos seus associados, a devida regulamentação do trabalho, as pensões necessárias na inabilidade e na velhice.

A's associações dos operários, seguir-se-hiam as associações dos patrões. Depois em cada uma das diversas indústrias a fusão necessária da associação dos patrões e da associação dos operários, daria existência a corporação, verdadeira célula do trabalho, pessoal e moral cujo património formado por contribuição simultânea do capital e do trabalho em percentagem sobre a produção, constituiria além do fundo da reforma, garantia indispensável dos velhos e inválidos o sustento das escolas e demais instituições corporativas.

Das corporações fariam parte assim no objectivo único da consecução do Bem-comum os patrões, os técnicos e os operários, elementos activos necessários da produção, mas seria excluído o capitalista «rasgacoupons» ocioso e improdutivo da organização económica actual.

A' concorrência do trabalho livre dominada pela constante preocupação de aumentar o lucro, diminuindo a mão de obra, remunerando-a mal ou roubando o público pela fraude, succederia a concorrência do trabalho organizado que esforça a inteligência do engenheiro e a habilidade do operário para a melhor produção, sem perigo de injustiça ou de roubo. Desapareceria o desleixo, a incompetência, defeitos pró-

---

(1) «Delictum judican meum est» escreveron o Papa Inocencio III ao Rei de França Filipe Augustó.

## POLITICA

prios do trabalho desorganizado e mal pago, porque as escolas da corporação preparariam bons officiaes, as leis puniriam os incompetentes e os infractores dos estatutos corporativos.

Os homens filhos de Deus, seriam novamente irmãos entre si.

Desapareceriam as classes, ressurgiriam funções: o clero, a nobreza e o povo prestariam a felicidade social o triplo concurso do Dever, da honra e da solidariedade.

A familia una e indissolúvel restituída a Deus, protegida pela lei assegurada no tempo e ligada à terra, pela restauração do casal de familia, seria de harmonia com as exigências da natureza, a base de toda a organização social.

A Igreja teria na sociedade o lugar que lhe é próprio. Os homens reconheceriam os innumeráveis beneficios que lhe devem e no seu próprio interesse lhe dariam o que por direito lhe pertence: o ministério, o ensino e a jurisdição (1). E porque o ministério da Igreja é a caridade, o ensino da Igreja é a Verdade, a jurisdição da Igreja é a Justiça, a Caridade, a Verdade e a Justiça inspirariam as leis, os costumes e a vida dos homens que Deus faria bons e felizes.

Por último uma justa representação dos direitos e interesses sociais assente sobre as bases solidas do regime corporativo daria à administração do Estado a característica necessária; democracia no município e aristocracia na provincia supremamente coordenadas pelo poder politico hereditário duma familia sagrada por Deus, identificada com a nação, cuja unidade no tempo se chama Rei.

A monarquia seria assim a conclusão necessária mas última da nossa doutrina politica.

Não somos monárquicos por saudade do Rei.

Sabemos o que queremos e porque trabalhamos.

*António Maria do AMARAL PYRRAIT*

---

(1) Haja-se em vista a restauração das finanças de França no reinado de Luís XVIII.

---

... Embora progressivo será ainda o Portugal Velho que ha de salvar esse Portugal que querem fazer novo, à força de o vestirem e estontearem com modas e idéas estrangeiras, para O desviarem do caminho das Suas Tradições Gloriosas, que ao Partido Legitimista cumpre defender.

— E para isso, onde estiver um soldado da Legitimidade Portuguesa, hei de estar Eu; quero partilhar com os Meus Portugueses de todos os perigos; quero cooperar com todos para a salvação da Minha Querida Patria, embora eu tenha de perecer na luta, deixando-lhes o Meu Sucessor que não Me ha de desmentir porque Ele é educado por Mim e tem sido alimentado por vós...

**El-Rei D. Miguel I**



# KEYSERLING E O OCIDENTE

OSCILANDO entre a mística asiática e a latinidade, a cultura propriamente germanica nunca se adaptou ás idéas da civilização occidental que iam contra as suas mais intimas tendências, presas aos longiquos atavismos conservados através dos attrictos dos tempos que, resistindo á forte inducção do pensamento grego-latino, paira sôbre as concepções filosóficas saídas do cérebro dessa Alemanha individualista, negação da ordem e do equilibrio, mais affectiva do que espiritual, mais abstracta que positiva.

A fervura levantada pela catástrofe da guerra, trouxe á superficie esses resíduos étnicos do mal europeizado pensamento germânico e como em todos os grandes acontecimentos que o têm agitado desde a reforma luterana, o seu conceito de vida exalta a *primazia do psiquico e do individual, reduz a verdade á eficiência affectiva, consagra o extase da carne e desencadeia as forças vitais sob o pretexto de as espiritualizar?*... (1) E' a fuga ás disciplinas romanas tão contrárias á natureza primitiva dos germanos, é a volta ao oriente quietista e contemplativo, á necessidade de estabelização depois duma longa viagem de séculos por regiões hóstis á sua compleição individualista... *é uma entrada na Alma Mater, como diz Hermann Hesse uma volta á Asia, ás nascentes, ás «mães» de que fala Fausto e daí como todas as mortes, esta morta dará ocasião a um novo nascimento»* (2) A quêda irremediável do Ocidente proclamada pelos filósofos alemães desviou para as metafísicas orientais a atenção das novas gerações cultas de além Reno, todas eivadas pelos conceitos extraídos de Tchuang-Tsé e Lao-Tseu da velha sabedoria chinesa e pelas obras de Rabindranath Tagore, cujas poesias fizeram conhecer o amago da alma hindú.

O revés da guerra *«pondo em divida o valôr da cultura occidental»* (3), levou a buscar ás civilizações orientais, a solução dos problemas instantes da irrequieta mentalidade germanica, ansiosa por se livrar do predomínio romano.

Depois de Oswald Spengler apparatusamente profetisar a perda irremediável da civilização latina em o seu livro *der Untergang des*

(1) Henri Massis: *Défense de l'Occident*, pág. 42.

(2) Hermann Hesse: *Neue Rundschau*.

(3) Robert Ernest Curtins: *Revue de Genève*, 1920

## POLITICA

*abendlandes*, sóbe a tribuna a gigantesca figura do conde Hermann Keyserling para espalhar aos quatro ventos as suas idéas de reforma e reconstrução da Europa, fazendo-a achar o «... sentido perdido das coisas, que elle tinha encontrado nos antigos textos da India e da China» (1).

Pragmatismo de W. James, intuitivismo de Bergson, mística tauista, budismo, de R. Tagore e o seu induismo, metempsicose, nirvana, freudismo e tudo mais que existe de extraordinário na Europa, Asia e América, tal é o conjunto heteroclitico donde Keyserling extrai o seu pensamento, pertendendo com elle fazer uma renovação do universo pela «fecundação creadora do Verbo», «pelo aperfeiçoamento do intellecto, diz levado ao máximo; não tanto pela exploração profunda da consciência tal qual é, mas somente pela aquisição duma forma nova e mais alta de consciência».

Este desejo de transformação, de renovação não parte de doutrinas concebidas teoricamente, «nem nada que se assemelhe a um ensinamento racional e positivo, (2) «eu não dou, afirma Keyserling, teoria nova, não tenho nenhuma mas mudo os homens... O que faço é magia aplicada».

Cá temos a manifestar-se de novo a velha predilecção germanica pelas artes occultas de que Fausto é o simbolo. Justamente cognominado — o mago de Darmstadt — Keyserling com a sua varinha de condão quer fazer de cada um de nós um creador à moda hindú, isto é, pelo abandono «noção estática da verdade» substituida pela «noção dinamica que transfigura o sentido» (3).

E' a doutrina dos Vestas, é o principio da realização de Deus em nós segundo a formula pantéista. Deus deixa de ser o Ente Creador e nós os seres creados. Ascendido à divindade o homem é uma parte de Deus, é Deus, e como tal creador.

Dêstes conceitos extrai-se o dinamismo individual tam grato aos alemães e fervorosamente apregoado por Nietsch no seu culto da vontade. Keyserling não é mais do que um éco de toda a emaranhada metafisica germanica desde Lutero a Kant, desde Kant a Spengler. Ainda que haja discordância entre este ou aquele ponto dos ensinamentos dos filósofos, a verdade é que no fundo, na essência, existe uma mesma aspiração, uma mesma vontade: emancipar-se do Occidente e regressar à *Alma Mater*, ao primeiro principio, numa palavra ao Oriente. Toda a successão de rebeldias que de longa data têm surgido contra o Espirito Clássico não são mais do que a preparação adventicia desse exodo, até aqui mais ou menos encoberto, mas que a reacção da guerra especificou, já nas profecias de Spengler, já na magia aplicada dum Keyserling.

(1) Henri Massis: *Défense l'Occident*, pág. 36.

(2) Henri Massis: *Défense de l'Occident*, pág. 38.

(3) Keyserling: *Journal d'un philosophe*.

O sôro asiático que o mestre da Sabedoria quer inocular no corpo do mundo latino é tanto mais in ficaz quanto é certo que a resistência contra as intervenções estranhas à natureza do organismo é um facto tam real e sintomático, que já não se pode negar o despertar das antigas energias nas camadas novas da Latinidade, despertar êsse que se nota pela compreensão, de mais em mais accentuada, dos princípios basilares da Civilização Ocidental contidos na formula: autoridade, continuidade, estababilidade; na concepção racional do homem — que o torna mais personalista que individualista — e no catolicismo que é o apanágio da sua superioridade sôbre as outras civilizações.

Portanto, Keyserling bem se pode estafar com as suas arengas, que a palavra do seu evangelho não frutificará nestas terras onde a erva daninha é cuidadosamente destruída para que não suceda contaminar o resto da seara.

*Franz-Paul LANGHANS*

---

Torno a dizer, senhores, são passados mais de vinte anos de experiencias infelizes, de tentativas malogradas, e seria a maior de todas as vergonhas se nos envergonhassemos agora de confessar que errámos, que errámos muitas vezes, e que tanto mais errámos quanto mais tentamos dissimular o primeiro êrro.

Não venha o funesto sofisma do mêdo do passado impedir-nos de voltar ao que havia de bom e de justo e de livre — que era muito — nas instituições de nossos maiores.

*Almeida GARRETT*

(Discursos Parlamentares, pág. 145).

---

### **Um livro que todo o integralista deve lêr e divulgar :**

L. de Poncins — Les Forces Secrètes de la Revolution (Fr. . M. .  
— Judaïsme) — Editions Bonard  
— 140, Bd. St — Germain - Paris

|| Pedidos a qualquer livraria ou  
|| à administração da «Política»  
|| que o envia contra reembolso  
|| — Preço 20\$00.

### **Uma revista que todo o integralista deve assinar**

La Revue International des Sociétés Secrètes  
= 8 Avenue Portalis — Paris — VIII =

# ORDEM NOVA... ORDEM TRADICIONAL

**D**AS coisas perfeitas da Monarquia Portuguesa limitada pelas Ordens, nenhuma foi mais deturpada pela moderna História de Portugal, ou antes, História do Liberalismo em Portugal, do que o Direito Público Nacional.

Da Nação viril e gloriosa de outrora, restam apenas os escombros dessa derrocada traiçoeira, provocada por factores externos da Revolução Social, coadjuvada entre nos pelo Conservantismo vicioso.

Querer a fundamental constituição fisiológica da Pátria, não é querer regressar, mas apenas dar ao passado a necessária continuidade, reatar a cadeia natural dos tempos.

Esse impulso brusco na vida normal da Nação, além da violação da sua Lei, foi também a completa parilizia do organismo Nacional e o atrofiamento de seus órgãos componentes.

Tudo se perdeu desde a instituição Tradicional mas essencial dos Municípios, com seu aspecto administrativo realizador das aspirações das aldeias ou dos casais, com sua representação consciente junto da Assembleia Provincial por intermédio dos *boni-homines* eleitos e dos delegados das corporações, com sua descentralização administrativa, isenção política e autonomia económica; até à Assembleia Nacional onde eram representados competentemente os interesses superiores das Classes, dos Municípios e das Províncias cujo governador agia independentemente da influência dessas classes em virtude da régia investidura.

O Governô, cuja função era essencialmente politica, ficava inteiramente ilucidado acêrca das necessidades nacionais e da administração pública, pelas delegações às Côrtes, técnicamente especializadas, como já o eram na Junta Provincial e na Câmara Municipal.

Contraposta à verdadeira representação nacional, consciente e competente, outra doutrina político-administrativa que não seja a da Monarquia Integral, cai infalivelmente no *culto da incompetência* porque a representação profissional ou técnica, contrapõe o individuo-eleitor.

A divisão territorial administrativa e os próprios meios da administração tornaram-se imperfeitos e de forma alguma podem satisfazer as necessidades dos municípios porque o mandato se tornou politico.

De facto, podemos dizer que a própria Nação se definiu com o desaparecimento dos seus órgãos, das suas leis fundamentais, do Direito Publico adequado à sua vida politica e às suas condições económicas.

Por isso, o renascimento do seu organismo, vivo apenas na Tradição, é uma aspiração nacional.

Mas a engrenagem dessas células ou órgãos da Nação, de forma alguma pode ser interrompida. Até aqui apenas olhamos a Nação-administrativa e a função técnica dos seus órgãos. Como cúpula da organiza-

ção geral da Nação, teremos também que atender à organização geral do Estado.

É praticamente inexequível o renascimento da Nação-administrativa ou económica sem o renascimento da Nação-política.

Em geral a aplicação da lei económica ou da lei administrativa, tem que subordinar-se à função política do Governo. Daí a necessidade de se escolher uma forma vantajosa de governo responsável perante a Nação.

Essa forma de governo, já no seu aspecto tradicional, já por ser a que melhor se adapta à Nação assim organizada, é sem dúvida a Monarquia. Foi ela que na História da Civilização conseguiu o progresso e o bem estar dos povos. Só ela na História Contemporânea poderá conseguir a ordem interna pelo factor da Autoridade e o respeito mútuo das Nações pelo sentido intrínseco da Realeza e muitas vezes quando necessário fôr, pela unificação das forças nacionais.

A divisão constitucional dos poderes e funções do Estado, não pode dar-lhe força necessária para bem organizar a Nação.

É necessária uma vontade forte mas consciente, autoritária mas com suas naturais limitações na confusão do interesse pessoal e do interesse nacional.

Sob este ponto de vista, esse chefe, individualmente não nos deve interessar. Interessa-nos como membro mais idóneo da família a que pertence e que representa a continuidade da raça, a eterna Família Nacional e interessa-nos pela sua função governativa, coordenadora e executiva.

A necessidade dêsse chefe que tem por características a autoridade e a independência, fez-se sentir desde remota era.

Georges Valois chamou-lhe *L'homme au fouet* ou *L'initiateur de la civilization*.

Hoje mesmo, organizadas as nações pelos Estados, em pleno século XX em que os clarins dos *novos horizontes* anunciam a paz e a liberdade chamando os povos à revolução, podemos dizer ainda com Valois que *la nécessité de l'homme au fouet est éternelle*.

Expostas assim duma maneira geral a necessidade imperiosa dum chefe, as suas funções graves e difíceis e as conveniências inegáveis do poder ditatorial e hereditário do Estado-político, não é difícil dizer qual é melhor, mais justo e mais racional — se o poder pessoal do Rei, se a soberania fictícia do povo.

Mas o Estado pode ser encarado como político e como técnico. Sob o aspecto político, afóra as limitações naturais e a função ministerial, a vontade do Rei é conscientemente soberana. Sob o aspecto técnico devem os atender em primeiro lugar aos Conselhos Regios, exceptuando o caso das objecções do Rei à resolução dos Conselhos, por onde se vê a subordinação de todas as funções do Estado à Suprema função Política.

Esses Conselhos é que elaboram as leis da sua absoluta competência e essas leis só terão força obrigatória na sua aplicação, pela consulta prévia da Assembleia Nacional. Divididos por secções que funcio-

## POLITICA

nam conforme o seu mister junto de cada ministério, os Conselhos Régios assim constituídos, são sem dúvida os mais competentes órgãos do Estado para a elaboração dessas leis. Uma parte dos seus membros é de nomeação régia e a outra é constituída por representantes ou delegados dos diferentes corpos, por onde se vê que até nos mais altos e competentes órgãos do Estado, a representação das classes e corporações é sempre respeitada. Aqui, como é de justiça e conveniência, não se verifica a solidariedade política do Gabinete, competindo ao Rei manter essa unidade quando necessário fôr, ou mesmo desuni-lo primeiro, afim de conseguir depois uma certa homogeneidade nas competências.

No entanto, cada ministro só é responsável pelos actos que praticar, podendo portanto ser desonerado individualmente.

A destruição destas leis fundamentais da vida nacional foi completa.

O velho município passa a *centro político*, aos officiaes régios da descentralização, substituem-se os delegados governamentais da centralização, à Assembleia Nacional, representante das classes organizadas, substitui-se o parlamento, *incompetente pela sua origem e que só serve para perturbar a função administrativa*.

Tudo isto porque a errónea concepção revolucionária fez rebentar forçadamente um conflito imaginário entre a Autoridade e a Liberdade, quando é certo que no govêrno hereditário, a autoridade pode coexistir com a verdadeira liberdade — as liberdades municipais.

Daqui derivou a ruína de Portugal e em geral a ruína das nações latinas de Tradição monárquica e católica. Caiu-se portanto naquele despotismo colectivo ou múltiplo de que nos fala Benoist, despotismo que *peut être pire que le despotisme dun seul* (1).

Por isso, não é necessário regressar mas sim reatar, restituindo a Nação à Tradição.

Ser-se tradicionalista, não é viver da saúde histórica do Elmo ou da Caravela, da Conquista ou da Navegação.

E' não só do respeito justo pela história, mas principalmente da sua altíssima lição e da sua experiência secular que o Tradicionalismo vive.

Ser-se tradicionalista é ser-se nacionalista porque *Tradicionalismo e Nacionalismo completam-se hoje em dia num apertado consórcio—esforçando-se o Nacionalismo por dotar os povos com instituições que os virilize e apontando-lhes o Tradicionalismo quaes elas sejam* (2).

Francisco de MEDEIROS GALVÃO

(1) in Les lois de la Politique Française.

(2) António Sardinha — Da herança nas colunas.

# Das Opiniões às Convicções

Alors que les opinions et les croyances ont le plus souvent des sources sentimentales ou mystiques, la connaissance ne peut dériver que de l'intelligence.

Gustave le Bon — *Psychologie des temps nouveaux*

Gustave Le Bon fez num dos seus livros, com aquela percepção e acuidade que lhe são habituais, uma exposição, tão bem fundamentada que nos convence, das maneiras pelas quais o homem adquire um juízo ou parecer sobre determinado facto ou sobre determinada coisa. Depois de as enumerar — crença, conhecimento, opinião, experiência — mete-lhes o bisturi da sua lógica, escarpela-as friamente com o seu raciocínio, deixando-as a nu, com o mecanismo à mostra, desvendados todos os segredos da sua formação e evolução. Então — preparada a *matéria prima* — segue no estudo do seu manejo durante a Guerra — objectivo final do seu trabalho. Agora não nos interessa esse estudo, se bem que elle seja de valia para comprehendermos a história agitada e confusa dos turbulentos trinta anos do século em que vivemos.

Vamos antes aproveitar essa análise inicial, nos seus traços gerais, e dela nos serviremos como duma premissa, procurando tirar aquelas conclusões que julgamos necessárias para que o sentido dos tempos presentes e futuros justifique a denominação que Le Bon achou para a época de penitência e renascimento que o grande conflito de 914 inaugurou — *les temps nouveaux*.

Empenhados na cruzada da salvação de Portugal pela verdadeira monarquia, lutando para que as nossas idéas triunfem e se imponham, é absolutamente necessário — direi mesmo, imprescindível — que as nossas convicções se baseiem no conhecimento adquirido pela observação, pelo estudo, e pelo raciocínio, isto é, que as alicercemos na Inteligência, para que não nos igualemos aos místicos da Revolução, cujas crenças de idealistas só encontram para sustentáculo o sentimentalismo balôfo dos fraços e dos doentes.

Quási tôda a gente tem uma opinião politica, embora muitos não se importem com a *politica*.

Não me interessa saber quais essas opiniões sejam, quero dizer, não me occuparei agora dessas opiniões sob o ponto de vista material. O que eu pretendo estudar, ainda que muito pela rama, é a forma porque essas opiniões se produzem, a sua evolução, as suas espécies e ainda se a *nós* nos servem meras opiniões.

As duas grandes fontes de opinião que encontro, são o contágio

## POLITICA

e a observação. Na primeira nascem as crenças. Pela segunda adquirem-se os conhecimentos.

E' fácil de se demonstrar que o contágio produz uma muito mais forte corrente de opinião, do que a observação. E senão vejâmos.

Primeiro, as formas porque o contágio se exerce são múltiplas, duma trivialidade de toda a hora e duma vastidão de meios só comparável à grande eficácia prática dos seus factores de expansão. Assim, uma afirmação ousada, ou uma invenção audaciosa, espalhada pelos quatro cantos dum país pelo grande caudal de divulgação que é a imprensa, faz opinião imediatamente nos cegos de entendimento ou nos escancarados pela bôa-fé.

Uma tolice dita dez vezes por um, é sempre repetida vinte, na segunda série, e cem na terceira, exactamente como naquelle célebre conto do vigário das «séries valorizadoras». Um contra-senso ou um êrro evidente, se fôr praticado por alguém nimbado de prestígio ou que usufrua os favores da popularidade, aparece logo aos olhos velados do vulgo ludibriado como um acto da melhor administração, uma vez deitada a semente à terra, ella germinará, lançará raizes, desenvolver-se-á, com tanto maior vigor e exuberância — quanto mais enganosa e venenosa fôr, sob o legumento doirado e veludíneo.

E ainda poderemos apontar outra razão, para demonstrar quanto o contágio é de resultados mais efficientes do que a observação.

A observação só pode ser praticada por um individuo de cada vez. O contágio não. Os seus efeitos, na maioria dos casos, actuam simultaneamente sôbre a massa colectiva.

Exemplifiquemos.

Eu, hoje, estudo determinado facto ou certa instituição. Leio, comparo, raciocino. E a conclusão a que chego, serve-me a mim só. Por enquanto, êsse trabalho aproveita só a mim. Suponhamos agora que eu, baseado nêsse estudo, escrevo um artigo em que exponho e argumento as minhas conclusões. Esse artigo é lido por várias pessoas. Umás servem-se dêlle como de um elemento de estudo, como eu me servira de outros. Outras, entusiasmadas pelas afirmações nêlle contidas, ou escandalizadas com ellas — afirmações essas que vão ao encontro dos seus pensamentos, gerados pela educação, pelo meio ou por outro qualquer factor — aceitam ou repelem essas afirmações incondicionalmente, irreflexivamente, sem discussão, sem as raciocinarem.

Os primeiros adquiriram pela intelligência um conhecimento, com que cimentarão convicções. Os segundos tornaram-se fieis duma crença, levados pelo Sentimento.

E' muito mais fácil, e principalmente muito mais cómodo, ter uma opinião formada na leitura dum suêto de jornal ou na conversa duma mêsa de café, do que conseguir uma convicção obtida pelo estudo, pela observação e pelo raciocínio.

Vejam a diferença de proporções entre um método e outro.

Com certeza, seguem o primeiro sistema, os que não podem pensar, por insuficiência nata, os que não estão para pensar, por indolência



adquirida, todos aquêles que, de olhos fechados pelo facciosismo, se entregam impulsivamente ao culto duma crença, aceita num desvairamento, e ainda, os levianos. Os que se sujeitam ao domínio da intelligência serão só, decerto, aquêles cuja ponderação, bôa intenção de vida útil e recta e curiosidade de saber, hão-de levar a procurar a verdade *malgré tout*, para a ela se sacrificarem. Ora êstes últimos, infelizmente são pequena falange ao pé da legião dos primeiros.

E isto é que não precisa de demonstração...

Temos portanto, como fontes de opinião — o contágio e a observação. Do primeiro nasce a crença, formada pelo sentimento. E por ser crença por ser uma *opinião mística*, nunca poderá vir a ser uma *convicção* que só pode nascer da compreensão e da experiência que resulta do estudo e da observação.

Da segunda surge o conhecimento elaborado pela intelligência, e êste conhecimento, que representa saber, fornece uma opinião que, porque foi adquirida no fruto do estudo dos factos se torna em arregaçada *convicção* — penedo inquebrantável, contra o qual nada podem as vagas da contradita.

\*

Falta tirar agora, *as nossas conclusões*.

Para um integralista confesso, que acima de tudo se empenha em «restaurar Portugal pela Monarquia», e que para que tal se possa dar duma forma perfeita, precisa de destruir e pulverisar os muitos insectos da democracia, queimando-os ao lume vivo da sua Fé e da sua Intelligência — sarça daninha, e repôr no lugar das mentiras usurpadoras, as ancestrais verdades da nossa raça de católicos e de monárquicos para êsse, não servem as meras opiniões e muito menos as crenças sagradas pelo sentimentalismo.

Deixemos aos nossos adversários essas formas imperfeitas de recrutamento de pensar, de que quasi exclusivamente alimentam os adocentados cérebros, e alcancemos convicções inabaláveis — forjadas sôbre a bigorna segura da Intelligência e afinadas pela tempera poderosa da Fé.

Isto é necessário — não duvideis. Quem defende uma doutrina como a nossa, que tem por base a experiência de séculos, apercebida na observação da História e na compreensão dos factos, e concebida à sombra da Santa Madre Igreja, não pode ter armas de combate senão consciêntes e bem fundamentadas convicções.

E' preciso pois, rapazes — meus camaradas de Ideal — que nos instruíamos *nas nossas verdades*, que são as verdades eternas da nossa raça, de modo que não caminhemos para a luta armados de crenças aéreas, de opiniões sem fundamentos sólidos.

E' indispensável que firmeis convicções à luz da vossa intelligência.

Só assim poderemos ser a «geração do resgate» de que fala António Sardinha — aquela geração que «foi mandada por Deus para dar testemunho da *verdade portugêsa*».

Domingos MASCARENHAS E SILVA

## à margem dum Livro

### MEDICINA E HISTORIA

São dois capítulos muito curiosos para o conhecimento da *maneira de ser* do historiador António Sardinha: — A sua honestidade intelectual, o seu escrúpulo em evitar interpretações precipitadas, a sua exigência documental, por um lado, e por outro lado, sinceramente, sem hipocrisias — quantos teriam este desassombro? — a afirmação leal de que «*não concede à história foros exclusivos de ciência, porque, nos domínios dela, entra, sem dúvida, em grau mais que apreciável, a predisposição psicológica de quem a cultiva*».

São dois os problemas de que A. Sardinha trata em dois capítulos sob o título genérico de *Medicina e História*: as pretendidas taras de D. Fernando e D. Leonor Teles e a morte de D. João II.

Revolta-se Anónimo Sardinha contra as intromissões clínicas no campo da história, contra os famosos «*diagnósticos retrospectivos*», assentes em meras hipóteses. E' o que se vê no estudo do sr. Dr. Asdrúbal de Aguiar sobre D. Fernando e D. Leonor Teles, sem base histórica e partindo de preconceitos românticos contra aquelas figuras. Com estes preconceitos, não admira que tudo se considere taras e estigmas em D. Fernando e na *Flor de altura*, mesmo o que é normal, mesmo o que tem explicação natural.

De resto, o Rei e a Rainha não merecem a acrimónia com que têm sido tratados. Já Manuel Bento de Sousa, no *Doutor Minerva*, prestava justiça a D. Fernando, cujas medidas de fomento e de protecção à marinha não podem ser esquecidos. Além disso, diz António Sardinha, «*muitas das suas volubilidades foram actos propositados de política. O que elle procurava era evitar a consolidação do bloco castelhano*». Este assunto já Sardinha o tratara brilhantemente no *Ao principio era o Verbo*, capítulo intitulado *O Rei Fernando*.

De D. Leonor pouco poderá dizer-se com segurança, porque os documentos que conhecemos são do partido que a venceu e que evidentemente a denigre. Mas há factos que nos levam a não ser tão severos para com ela. O Mestre de Avis propôs-lhe casamento, o que já de si prova bastante a favor dela; mas prova-o mais a sua recusa altiva. O seu sentido político e até o amor ao povo exemplificam-se numa passagem de Fernão Lopes, que põe na boca da Rainha palavras de muito bom senso e de perfeita compreensão do seu papel de Rainha.

(Conclui no próximo número).

# ao ritmo da Ampulheta

CA INSTRUÇÃO NA U. R. S. S.

De Trotski:

Do *Globo*:

«Para a realização do seu monumental programa — construção de uma nova sociedade — encontraram-se os dirigentes russos em face duma população secularmente imersa em profunda ignorância. E a grande verdade é que as teorias, mesmo as mais belas, estão condenadas a insucesso total, se não encontrarem gente apta para a sua realização.

Ao novo regime, que vem ha anos lutando dramaticamente pelo seu triunfo, legara o tzarismo uma população em que o analfabetismo ultrapassava 45 %. E na civilização moderna o analfabeto, apenas utilizavel como besta de carga ou animal de tiro, encontra cada vez menos lugar, substituído pelo motor, criação da inteligência e sua futura libertação.

No entanto, são o mais animadores possíveis os resultados obtidos contra uma formidável muralha de ignorancia pela campanha de instrução realizada nos ultimos onze anos, campanha que bem pode considerar-se das mais notáveis feitas até hoje. As escolas multiplicam-se vertiginosamente em todo o território russo e, assim, já no ano findo, cerca de 90 % das crianças em idade escolar receberam com assiduidade o primeiro ensino. Nos adultos, precisamente naqueles de que a nova organização mais necessita, os comprehendidos entre 16 e 35 anos, o número de analfabetos orça ainda por 30 %. Todavia, no corrente ano, 7 e meio milhões deles aprenderam a ler e a escrever e é crença que em 1933, época em que finda o programa dos cinco anos, não haverá na Russia analfabetos adultos.

Mas Lenine proclamou que — sem consciência não pode haver comunismo. E os institutos científicos de todas as especialidades, em condições tais que nada têm que invejar aos similares das nações mais adelantadas, concorrem esforçadamente para a formação das altas categorias em todas as classes necessárias à organização dum grande povo.»

«Cada vez vai sendo mais difficil para o operário dar a seus filhos a mais elementar educação, para não falar em utilização, das suas aptidões. Em quasi todos os districtos operários há uma escassez de escolas. As quantias exigidas aos pais para dotação de escolas estão destruindo praticamente a liberdade de ensino. *A escassez de escolas e a provisão inadequada de Kindergartens estão arrojando para a rua uma parte considerável de filhos de operários.*»

(«Situacion real da Russia», pág. 49 — Trad. espanhola).

De Panait Istrati:

«Em Moscovo propriamente, contava o ano passado 54.000 analfabetos (6,1 % da população, entre 16 e 34 anos) Nos arredores de Moscovo, esta proporção eleva-se acerca de 10 %. Nos campos um pouco afastados da Russia, atinge ainda 40 %.

(As Investias de 11 de 1929 affirmam que 60,4 % da população no conjunto é analfabeta).

Não se tem construído muito mais escolas por falta de dinheiro.

<sup>3</sup>/<sub>10</sub> das de Moscovo trabalham por turnas successivas. Um certo numero de escolas tem cada dia tres turmas nas mesmas classes. Extraí estas cifras dum relatório do camarada Alexinski, director do ensino em Moscovo, relatório apresentado em 2 de Junho último (1929) ao Comité do Partido. Alexinski conclui que se se não construísse com urgencia novas escolas por cerca de 20 milhões de rublos em Moscovo e na região moscovita, tinha-se em poucos anos de recusar o ensino primário a dezenas de milhares de crianças. Expoz ainda estas cifras: ha em Moscovo, por 10.000 habitantes, 1,5 escola, 0,8 club, 0,3 biblioteca, 0,1 teatro, 0,2 cinema, 1,6 igreja e perto de 4 estabelecimentos vendendo bebidas alcoólicas. (Vetehernaia Moskva, 2 de Junho de 1928).

(«Soviets», 1929 — págs. 176 e 177)

Expomos à apreciação dos nossos leitores o bocadinho refletido pelo satellite «Glo-

# ao ritmo da Ampulheta

*bo», em flagrante contraste com as autorizadas afirmações que lhe acrescentamos. Sem mais nada.*

## PUBLICAÇÕES RECEBIDAS

Prof. L. Cabral Moneada — DO VALOR E SENTIDO DA DEMOCRACIA — (ensaio de Filosofia Política) Coimbra Editora, Limitada — 1930.

Dr. Carlos Proença de Figueiredo — O ESPIRITO NACIONAL E O ENSINO DA HISTORIA — Coimbra Editora, Limitada — 1930.

Dois belos livros que muito agradecemos de cujo valor são sobejá garantia os nomes que os subscrevem: professor ilustre da Universidade de Coimbra um; espirito brilhante da nova geração, nosso camarada muito querido o outro.

A ambos os trabalhos nos referiremos mais detalhadamente como merecem, limitando-nos por agora a apresentar aos seus autores os nossos sinceros agradecimentos.

## DOIS NACIONALISMOS

«O apostolado cristão tem de ser a irradiação de Cristo através de nós. Deve iluminar e aquecer; iluminar porque a chama do amor se eleva dentro de nós; aquecer porque em nós retinha atado o fogo que Jesus veio trazer à Terra.

E' por isso que vós vos não deixastes seduzir por aquela forma de apostolado que começa por prescindir de Jesus.

Um exemplo? Eu li e admirei, como muitos de vós decerto, Maurras. Um dia falando com um sacerdote que encontrei em Lourdes, um virtuoso jesuíta, gaseado durante a guerra, e que, porventura, terá já triunfado na glória da bem-aventurança, tive a ocasião de sentir que a sua alma afinava com a minha na instintiva repulsa pela frieza intelectual da ideia maurrasista. A' medida que senti avigorar a minha piedade cristã — dizia-mo esse virtuoso sacerdote, verdadeiro soldado de Cristo — á medida que cresceu a minha vocação sacerdotal e religiosa senti fazer-se em mim uma progressiva «desmausarração» — O intelectualismo maurrasista, o seu amor pela sedução helénica, é um sepulcro onde Jesus foi enterra-

do para não mais ressuscitar. Antes da intelligencia condenar essa doutrina gnostica, condena-a desde logo o instinto cristão.

Nela pode haver clareza, mas falta-lhe amor, falta-lhe compaixão pelas misérias humanas, falta-lhe, numa palavra, a caridade, que é a essência da vida cristã.»

(Do discurso de S. E. o Cardeal Patriarca de Lisboa no encerramento da semana da entronização, segundo a revista «Reinado Social do coração de Jesus — Junho 1930».

## ASSINANTES E... CALOTEIROS.

Temos recebido duma grande parte dos nossos assinantes inequívocas provas de estima. São pessoas que percebem algo destas coisas de imprensa e de cobrança e que sabem que é costumes devolver uma publicação que se recebe e se não deseja assinar, entretanto algumas pessoas a quem tem sido enviado *A Política* desde o seu primeiro numero acharam mais comodo ficar com todos os numeros enviados e recusar a assinatura quando apresentado o recibo. Algumas outras descobriram um processo comodo de lhe ser oferecido o nosso numero de homenagem a Antonio Sardinha. Mandaram pedir a revista a partir do n.º 10 inclusiv e devolveram-na a partir do n.º 11.

E se nós lhes publicassemos os nomes?

Sempre se ficava percebendo a diferença entre assinantes e... caloteiros.

## BOURGET E... O GLOBO

O Globo, órgão fotogénico de uma charfarica qualquer, distribuiu no seu numero derradeiro, titulos variados a individualidades diversas.

Assim, enquanto Barbusse, recebe fóros de pensador, Bourget entra com Dekobra e Vautel para a roda da multidão escilvinhada e ignara.

Com isto coloca o anónimo sueltista, irresistivelmente, junto com o Sibarita (cristão) sob a causa da imbecillidade pura; Sendo-nos dado portanto o prazer indivísivel de assistir a uma coisa rara como é uma junta de asnos intellectuais.

## CABRAL SACADURA

Interno de Cirurgia dos Hospitais Cívis

Partos — Sifilis

CONSULTAS

Largo José Fontana, 12-2.º (às 16 horas)

## DR. MARIO CARDIA

Médico dos Hospitais

Doenças das senhoras.

Partos. Cirurgia

Tratamentos pelo rádio e electricidade.  
AVENIDA DOS ALIADOS, 41, 1.º — PORTO

TELEFONE 4907

## MIRA DA SILVA

■ ■ MÉDICO ■ ■

Avenida Almirante Reis, 57-A, 1.º

LISBOA

## DR. COSTA FELIX

Interno de Cirurgia dos Hospitais Cívis

CONSULTAS

LISBOA: Rua 16 de Outubro, 33 — Tel. C. 2830

A's 14 horas

DÁFUNDO: R. Paulo Duque

A's 17,80 horas

# Não há CAFÉ como o de

A

P  
A  
U  
L  
I  
S  
T  
A  
N  
A

A' venda no

Largo de S. Domingos, 12 e na

Av. Fontes Pereira de Melo, 52-52 B.

## AFONSO LUCAS

ADVOGADO

Rua Arco da Bandeira, 70, 2.º

TELEFONE C. 642

LISBOA

## Martinho Nobre de Melo

ADVOGADO

Rua de Santa Justa, 82, 2.º

Telefone Norte 4952

LISBOA

## A. Nunes e Silva

Advogado

TELEFONE CENTRAL 642

Rua Arco Bandeira, 70, 2.º

LISBOA

## Dr. Amaral Pyrrait

MÉDICO

Consultório — Rua Anchieta

LISBOA

# CASA

DOS

# PANOS

## A 1.ª casa da especialidade

Sortimento completo em

Panos brancos e Linhos  
Tecidos de côr para roupa  
de Senhora

Sarjas brancas, Sarjões  
crús, etc.

Serviço rápido de amostras para

PROVINCIA e ILHAS

Esquina da Rua de S. Julião  
45, R. dos Fanqueiros, 49

